

CONTROLE SOCIAL PERVERSO E A DISPUTA PELO MONOPÓLIO DO USO LEGÍTIMO DA FORÇA FÍSICA E SIMBÓLICA: o caso da retórica da segurança pública no Paraná

*Perverse Social Control and the dispute over the monopoly of legitimate use of physical and
symbolic force: the case of Paraná's public safety rhetoric*

Fábia Berlatto^a

^(a) Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR – Brasil, e-mail: fabiaberlatto@yahoo.com.br

Resumo

Apresento o discurso da segurança pública difundido pela Secretaria de Segurança do Estado do Paraná como dispositivo de controle social de um tipo específico, chamado aqui de perverso. Tal adjetivo se refere à utilização simultânea, por parte da retórica oficial, da defesa dos “direitos humanos” e de critérios que funcionam como combate legal da pobreza tendo como finalidade direcionar o foco e a natureza da ação estatal. Essa estratégia faz parte de uma luta simbólica pela implantação de uma visão e de uma divisão de mundo que funciona através de processos de criminalização do Outro, que no caso em análise, é o pobre. Assim, a retórica da segurança pública paranaense reproduz, divulga e reforça o estigma do “potencialmente criminoso” ao utilizar, por exemplo, critérios geo-espaciais para sua ação. Evidencio que essa prática discursiva, ao mobilizar a *doxa* dos direitos humanos (promoção da cidadania, ações sociais e não apenas policiais etc.), é direcionada para os que são apresentados e se apresentam como os “formadores de opinião” ou a “opinião pública culta”. Concluo que a adesão a essa *doxa* refere-se ao jogo do campo político e faz parte do processo de conquista da legitimidade do monopólio sobre o uso da força física e simbólica, mas não só: ela pede também prestígio, notoriedade e distinção para quem formula e pronuncia o novo discurso da segurança.

Palavras Chave: controle social, monopólio da violência, direitos humanos, segurança pública.

Abstract

This paper presents the public safety discourse diffused by the Security Department of Paraná's State as a social control device of a specific type, herein called "perverse". Such adjective refers to the simultaneous use, by the official rhetoric, of the vindication of "human rights" and of criteria that function as legal fight of poverty objecting to guide the nature and focus of State action. This strategy is part of the symbolic struggle for the implementation of a vision and a division of world that functions through the criminalizing processes of the Other, which in this case is the poor. Thus, the rhetoric of Paraná's public safety reproduces, disseminates and reinforces the "potentially criminal"

stigma using, for instance, geo-spatial criteria for its action. It is demonstrated that this discursive practice, when mobilizing the doxa of the human rights (citizenship promotion, social and not only police action etc.), is directed to those which are presented and present themselves as "opinion making" or the "cultured public opinion". We conclude that the adherence to this doxa refers to the game of the political field, taking part in the process of conquest of the monopoly over the legitimate use of the physical and symbolic force, but not only: it also seeks prestige, notoriety and distinction to whom formulates and pronounces the new safety discourse.

Key words: Social Control, monopoly of violence, human rights, public security.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na edição do jornal *Folha de S. Paulo* de 25 de maio de 2006 o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Delazari, publicou um artigo na seção *Tendências e Debates* intitulado “Do caos urbano ao caos social”. O contexto era excepcional. Uma série de confrontos envolvendo policiais *versus* a organização PCC (Primeiro Comando da Capital)¹ em diversas cidades do estado de São Paulo chocara o País, assim como o espetáculo produzido a partir dos conflitos ocorridos na periferia de Paris, no outono de 2005, chocara o mundo com as imagens de veículos incendiados. A mensagem do Secretário é que estamos, no nível nacional, seguindo um caminho equivocado no combate ao que ele chama de “caos urbano”, opção que nos conduziria a uma “guerra sangrenta”.

O ponto de partida deste artigo é a apresentação do discurso do Secretário de Segurança, pois ele representa a síntese de um tipo de leitura do mundo social: aquele que funciona como uma espécie de *controle social perverso* na medida em que reproduz e difunde estigmas, preconceitos, pré-noções.

A política econômica adotada em nosso País há mais de dez anos, gera altíssimo nível de desemprego, produz a fome e o desespero e transborda em um caos social quase incontrolável. Essa situação, aliada ao despreparo das polícias estaduais e federais e a nítida sensação de impunidade dos criminosos, fez eclodir um quadro de violência e insegurança que assola quase todas as regiões do PAÍS [*sic*]. [...] O apelo da população caminha no sentido de um endurecimento de políticas repressivas de segurança pública, *como se essa violência pudesse ser combatida com a violência*. violência. Esse apelo, para ser atendido, passa necessariamente pelo *desrespeito aos* mais elementares *direitos humanos*. [...] Mas as estatísticas demonstram que os alvos mais freqüentes do combate policial continuam a ser, sobretudo, pessoas de camadas pobres e marginalizadas. Ao contrário de resolver o problema, acabam por gerar outros tantos. [...] A maioria dos mortos é pobre, morador das periferias e favelas dos grandes centros urbanos, vítima

¹ O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização brasileira comandada por presos e foragidos, principalmente do estado de São Paulo, criada no início da década de 1990.

de um processo que os obriga ao enfrentamento armado das instituições públicas ou criminosas, gerando uma via de mão dupla de violência e insegurança. [...] Assim é que se abastece o mercado de criminosos. Assim é que a tensão derivada da miséria e a luta pela sobrevivência nas periferias sociais brasileiras se transforma inevitavelmente em uma guerra sangrenta (DELAZARI, 2006, p. A-3; grifos meus)².

Diferentemente do que se poderia concluir de antemão, ainda que mobilize uma retórica “dos direitos humanos” a *prática discursiva* da SESP não está separada da *prática repressiva* da segurança pública efetuada pelo governo estadual. Não se trata de afirmar aqui que se diz uma coisa e se faz outra, mas de entender a que regras implícitas e impensadas essa narrativa que enfatiza o respeito aos direitos humanos obedece. A sugestão inicial é que tal lógica pertence ao que chamo aqui de *controle social perverso*, uma espécie de orientação que mantém e/ou amplia uma visão de mundo e uma divisão de mundo que considera a criminalidade uma “consequência da marginalidade” (COELHO, 1978, p.28).

Edmundo Campos Coelho alertava, já no final da década de 1970, para o defeito de uma sociologia que “explica” a criminalidade como decorrência da pobreza e desemprego (COELHO, 1978). Segundo ele, esse tipo de análise alimenta a crença de que a grande maioria dos criminosos é oriunda da categoria social dos pobres, o que os torna responsável pelo clima generalizado de medo e insegurança que envolve o cidadão dos grandes centros urbanos. Contudo, como fica evidente no discurso exposto acima, esse é o tipo de interpretação que informa o conteúdo de políticas de segurança pública. O resultado disso são as:

cruzadas morais contra certos tipos de crime”, [o que Delazari chama de violência das ruas: assalto a mão armada, furto, a ponta inferior do tráfico, etc.], pressões políticas ou da opinião pública, todas sempre circunstanciais e efêmeras, [que provocam] maior atividade policial repressiva e eleva[m] periodicamente as taxas oficiais de criminalidade [entre os pobres] (COELHO, 1978, p.43).

O trecho do artigo do Secretário de Segurança Pública do Paraná contém, de maneira exemplar, os dois problemas que irei tratar aqui.

Um deles, *o problema teórico*, envolve o argumento de Weber (1974) em relação à noção de Estado. Por Estado “deve entender-se um instituto político de atividade contínua, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito o monopólio legítimo da

² Luiz Fernando Delazari é Secretário da Segurança Pública do Paraná desde 2003 e à época da publicação de seu artigo na *Folha* era vice-presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública.

coação física para a manutenção da ordem vigente” (WEBER, 1974, p. 43-44). Logo, o monopólio da violência física não está garantido pelo Estado; ele deve ser reclamado continuamente por um processo de conquista que, na sociedade moderna, só é possível na medida em que repousa sobre os ditames legais. Dito isso, a arenga do Secretário é uma espécie de indício do processo de disputa do monopólio da violência física e simbólica pelo Estado – disputa essa que se dá também, e no caso que nos interessa, *principalmente*, no nível simbólico. Uma vez que este monopólio depende da aptidão que a instituição estatal detém em fazer reconhecer a legitimidade de sua utilização exclusiva, o discurso do Secretário, enquanto discurso oficial, é aqui definido como uma violência simbólica de Estado. Ele se constitui como um ritual de degradação social no sentido sugerido por Edmundo Campos Coelho mais acima. Tal violência simbólica almeja, portanto, legitimar/garantir o monopólio da violência física.

O *problema empírico* é verificar como se dá a luta pelo monopólio da violência física no domínio simbólico através dos discursos da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná a partir de 2003, ano em que Fernando Delazari tomou a frente da pasta.

As fontes analisadas são documentos, artigos, entrevistas que representam a voz institucional do Estado retirados tanto da imprensa quanto dos sites oficiais da Agência Estadual de Notícias e da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP-PR); ainda, depoimentos colhidos durante minha pesquisa de campo realizada em 2008 para confecção de dissertação de mestrado (BERLATTO, 2008). Muitos depoimentos, no entanto, foram emprestados do livro de Lazaroto (2004), que apresenta a história da Vila das Torres, favela central de Curitiba, a partir da voz de seus moradores. Os depoimentos dos moradores da Vila das Torres informam sua visão sobre o que pode ser chamado de uma “natureza” (isto é, uma característica intrínseca) da polícia. Tal visão é dada a partir de sua experiência cotidiana com o braço policial do Estado.

O material que informa o discurso institucional foi separado (e interpretado) de acordo com três eixos principais: 1) a “filosofia” de segurança pública, 2) a crença nos instrumentos técnicos de repressão à violência, e 3) a visão operacional que a SESP ao mesmo tempo postula e produz. Essa separação é analítica; de fato, há, como se pode imaginar, uma integração entre estes três níveis. Os pronunciamentos dos moradores da Vila das Torres foi intercalado às declarações oficiais para que seja possível avaliar a distância entre a realidade e sua versão governamental.

O discurso institucional é interpretado a partir da idéia de *doxa*, de Pierre Bourdieu. A *doxa*

consiste num consenso profundamente arraigado, num senso comum, num sistema simbólico que corresponde à estrutura social. Nas palavras de Bourdieu a *doxa* é, além disso,

um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam ao dominar o Estado e que constituíram seu ponto de vista como ponto de vista universal fazendo o Estado (BOURDIEU, 1994, p. 129).

Pretendo demonstrar, em primeiro lugar, que a retórica utilizada pela Secretaria e/ou pelo Secretário tem um verniz “humanista” e isso é assim porque faz parte, no contexto local, do processo de conquista da legitimidade do monopólio sobre o uso da força simbólica e física por parte do Estado. Em segundo lugar, ainda através dessa retórica, evidencio como o Estado procura se apropriar do direito de dizer o que a segurança pública deve ser e o que ela é – por isso ela constitui uma *doxa*.

A lei e a ordem: o discurso oficial da política de segurança no Paraná

O âmbito da lei e da ordem manifesta de maneira acentuada os embates entre a direita e a esquerda brasileiras. Isso ocorre porque esse tema

agrupa o conjunto de representações em dois pólos opostos: as representações populares que reputam ao crescimento da violência e dos crimes origens religiosas ou morais [a direita]; e as que atribuem uma causalidade sócio-econômica ao crescimento dos crimes e da violência em geral [a esquerda] (SOARES, 1996, p. 45 *apud* ADORNO, 2002, p. 21).

Faço uso da classificação binária proposta por Soares apenas e na medida em que ela serve para organizar a apresentação das narrativas da segurança pública no Paraná. A idéia não é encontrar contradições ideológicas e nem agrupar opiniões políticas em pólos opostos. Pretendo, antes disso, verificar como essa narrativa compatibiliza o respeito aos direitos humanos e as demandas por maior eficiência policial; em segundo lugar, aspiro entender qual a lógica seguida nesse processo. De partida, é importante frisar que para os problemas que se quer analisar aqui o governo estadual pertence à ala centro-esquerda.

O chavão peculiar da esquerda é o de que a violência não é um problema que cabe só à polícia dar conta. Ciente de que a “questão social” no Brasil foi sempre um caso para a polícia resolver, o Secretário definiu como “simplista” o pensamento que prega o “reprimir, prender e

atacar como se segurança pública fosse uma guerra”. Segundo Delazari, este tipo de visão, localizado à direita, é um “contra-senso” por “querer transformar uma sociedade violenta com uma repressão violenta”.

As três narrativas de moradores da Vila apresentadas abaixo evidenciam como eles vivenciam ações que, não obstante estejam em completa desconformidade com o que diz o Secretário, são cotidianas. Além disso, demonstram como opera a percepção da diferença que sua posição social traz no relacionamento com a polícia:

Teve um dia que estava indo para o centro e do outro lado da rua estava um menino correndo e o policial vinha atrás dele. O policial deu um tiro que matou o menino. Eu vi tudo. Essa foi a morte que mais me chocou (depoimento de moradora da Vila das Torres *apud* LAZAROTO, 2004, p. 69)

Aparentemente a crença é que se matar os adolescentes tudo se resolve. Será? Quem permitiu que a arma fosse parar nas mãos destas crianças? Até onde sabemos este tipo de munição pertence ao exército.³

A violência tem em todo lugar, mas a convivência da polícia com o pessoal daqui é diferente. (depoimento de moradora da Vila das Torres *apud* LAZAROTO 2004, p. 95).

O Secretário da SESP exalta que o caso do Paraná é exemplar por sua consciência social por investir em outros âmbitos crendo investir em segurança pública. Vejamos como ele se expressa no trecho abaixo:

Delazari mostrou que a realidade criminal do Paraná está diretamente ligada às ações em setores como a educação e emprego. “Hoje o Governo do Paraná investe mais de 30% em educação, facilita o acesso à energia elétrica com o [programa] Luz Fraterna, a criação do projeto Leite das Crianças, entre outras ações. Isso é investir em segurança também. O Estado deve acatar a origem do problema como a falta de emprego, a falta de oportunidades, que são as geradoras da criminalidade”⁴.

³ Comunidade arruinada. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 out. 2008. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=822208&tit>>. Acesso em: 28 out. 2008.

⁴ Taxa de homicídio no Paraná é menor do que média nacional. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 29 nov 2007. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=33459>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

Estes programas sociais são muito importantes para a recuperação de um tecido social desgastado por más administrações governamentais anteriores⁵.

A fala oficial procura demonstrar algo como uma “consciência de esquerda” diante do problema da segurança pública. Isso é visível tanto na relação direta entre pobreza e criminalidade que postula, quanto na priorização de temas relacionados aos direitos humanos que enfatiza, como os abusos de poder no exercício de contenção do crime e da violência. Evidencia-se também e de forma explícita o jogo político que busca contrapor o governo atual ao governo anterior, contraposição que também é evidente na fala seguinte contra a Prefeitura municipal comandada por Beto Richa, que não está ligado politicamente à administração Requião:

A Vila Torres e o Parolin são das aglomerações populacionais mais antigas da cidade e que continuam desorganizadas *por conta da falta de ações eficazes de um grupo político que está há 20 anos no poder* sem se preocupar em realizar melhorias definitivas nestas e em outras regiões. Obviamente que se isso acontecesse, se a área fosse trabalhada com seriedade pela prefeitura, *o efeito seria sentido primeiro pelos locais vizinhos a estas regiões e com certeza por toda cidade*, já que estas regiões muitas vezes são locais que servem de esconderijo para grandes bandidos. [...] Com certeza *o criminoso jovem de hoje* não foi apenas órfão de mãe ou de pai, mas *foi órfão do poder público que não fez sua lição de casa social* [sic]⁶.

Repare que o jogo político contido na declaração apresenta-se também na afirmação de que, se houvesse “melhorias” na Vila, quem primeiro ganharia seria não a própria Vila das Torres e seus inquilinos, mas “os locais vizinhos”, isto é, os bairros tradicionais de classe média que a circundam.

A próxima comunicação é exemplar da consciência, entre uma parte dos moradores da Vila das Torres, da sua importância política, ou melhor, do papel que sua “situação social” tem para o uso político. A preocupação com a “situação social” (ou todos os jogos de palavras da mesma família) faz todo sentido no campo político:

⁵ Ministro da Justiça e Requião assinam convênio para ampliar segurança no Paraná. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 20 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=34024>>. Acesso em 12 jun. 2008.

⁶ Pelo fim do estigma. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17 nov. 2008. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=828765&tit=Pelo-fim-do-estigma>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

Eu acho que o Estado não tem interesse em mudar nada aqui. É falta de interesse. Pra eles é melhor que fique assim, porque a Vila tem um valor político (Informante 3, Vila das Torres, 2008)

À falta de sensibilidade das gestões estaduais anteriores e do governo atual do município, o Secretário contrapõe as palavras abaixo:

Não é difícil trazer a ordem [para a Vila das Torres]. O que parece difícil é levar a urbanização para lá, devolver a dignidade de vida para aquelas pessoas, recuperar o local através de fortes ações do poder público municipal. *Não há no mundo polícia que resolva o problema da criminalidade que nasce do ódio, da falta de dignidade, da falta de emprego, da fome, da miséria.* No caso da Vila Torres, a solução está efetivamente no empenho do poder público municipal em tirar aquela população da miséria para que não sejam reféns da criminalidade⁷ (grifo meu).

Uma característica desse tipo de visão é reforçar a representação, bastante difundida *na* e também bastante criticada *pela* Sociologia, das “populações carentes” como potencialmente perigosas – uma ameaça ao bem-estar, uma categoria social vulnerável às tentações da carreira criminal: a do emigrante, de baixa instrução escolar, pobre, portador de hábitos não urbanos, com uma moral gasta pela miséria e pela necessidade. Enfim, ela arremata a construção de uma “*subcultura* marginal” (COELHO, 1978), onde a criminalidade seria uma consequência direta e incontestável da pobreza.

É possível validar ainda mais minha interpretação ao expor o texto que descreve um programa social chamado *Blitz* [sic] *da Cidadania*. A *Blitz da Cidadania* é apresentada como uma solução ao problema da falta de condições que os moradores enfrentam para o gozo de seus direitos como membros de um Estado. Ela traria, enfim, “dignidade de vida para aquelas pessoas” (isto é, os pobres).

O programa promove a cidadania através da aproximação efetiva dos policiais civis e militares com os moradores das comunidades mais carentes de todo o Paraná. *A Blitz é uma espécie de feira de serviços da segurança pública* que leva gratuitamente até essas regiões escolhidas [onde moram os pobres] confecção de carteiras de identidade, cursos de primeiros-socorros, dicas de segurança, palestras de prevenção sobre violência doméstica e violência contra crianças, adolescentes e mulheres e diversos outros

⁷ Pelo fim do estigma. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17 nov. 2008. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=828765&tit=Pelo-fim-do-estigma>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

programas de auxílio à população. A Coordenadoria de Ações Comunitárias [da SESP] [tem] o objetivo de incluir projetos sociais de inclusão e promoção da cidadania como mais uma política pública de combate à criminalidade⁸ (grifo meu).

Como se lê, trata-se de um jogo de palavras que prima, no exemplo acima, por um controle social via políticas assistencialistas (ou facilidades burocráticas), confundidas com políticas de integração social.

Vejamos uma fala, que não é do Secretário, mas foi retirada do site da SESP e se refere às ações sociais voltadas para “as camadas marginalizadas”. Ela diz que as ações “sociais” do governo do estado trarão “reflexos ainda mais positivos na área de segurança pública e nos quadros assustadores que hoje são apresentados de crimes, homicídios, prostituição e trabalho infantil”. E ainda, que “Quando as pessoas começam a melhorar seus padrões de vida, [elas] deixam de enveredar para ações desesperadas em busca da sobrevivência”⁹.

Esse tipo de interpretação estatal e de imprensa torna-se ainda mais alarmante ao dar-mo-nos conta de que, além de serem elas que informam as categorias média e alta da população, também são elas que representam a visão de mundo dessas últimas. Ampliam-se e se legitimam assim as demandas dessas categorias por ações públicas de cunho policial na ânsia por sua segurança individual.

Mas há ainda outros exemplos, como os que emergem do enfrentamento do problema da “delinquência juvenil”, e a esse respeito utilizo o caso da Patrulha Escolar, um tipo de polícia voltada especificamente para jovens. Ao analisar políticas públicas focadas na juventude em Curitiba, Moraes (2005) fala em “policialização” dos jovens, um mecanismo de controle social baseado exclusivamente em práticas policiais no tratamento dos moradores, principalmente jovens, das favelas.

⁸ Blitz da Cidadania. **Site Oficial da Secretaria de Segurança Pública do Paraná**. Curitiba, s/d. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/programas_blitz_cidadania.php>. Acesso em: 12 jun. 2008. E por falar em “contra-senso”, a palavra blitz, que vem do alemão Blitzkriegen, é uma expressão militar para designar uma “ofensiva poderosa realizada de surpresa”; “uma guerra-relâmpago [historicamente, na Segunda Guerra Mundial foi usada com fins expansionistas, pelos alemães, contra países da Europa]”. É também uma expressão policial, para se referir à batida, “especialmente de caráter inesperado e que mobiliza grande aparato”. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

⁹ Queda no índice pobreza refletirá na segurança, prevê Governo. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 30 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=16757>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

Segundo a SESP a existência do programa Patrulha Escolar tem como justificativa “a união da comunidade escolar com a polícia para reduzir a violência e a criminalidade nas escolas e nas suas proximidades”¹⁰.

Temos então que os órgãos repressores – em especial a polícia – tornaram-se os principais parceiros do Estado na promoção da pacificação social, inclusive no âmbito escolar¹¹.

Outro fator recorrente nas narrativas da SESP é o seu acompanhamento da evolução do debate e das experiências internacionais das últimas décadas para a redução do crime e da violência. É perceptível a busca incessante em afirmar o compromisso do atual governo com a segurança de forma “inovadora”, “revolucionária”, “moderna”, tentando sempre romper com o modelo tradicional de policiamento. Assim, tudo o que se faz no estado é novidade tanto no Paraná quanto no Brasil.

No entanto, se por um lado o modelo tradicional de policiamento requer que não se pense em problemas persistentes ou padrões fixos de ocorrências policiais (muito menos que se elabore a respeito das virtuais causas que levariam ao delito, fazendo com que a responsabilidade do oficial acabe quando se responde à reclamação do cidadão sobre um incidente único (BAYLEY, 2001), por outro lado, devemos desconfiar da promessa de uma diminuição da criminalidade baseada na gestão administrativa da segurança pública cujo *modus operandi* está baseado em ações rápidas em nome de respostas rápidas. A desconfiança deve-se dar principalmente porque o que está em jogo é o monopólio dos bens lingüísticos como um tipo de poder simbólico, como a palavra “eficiência” representa.

Mais uma evidência desse concurso pela novidade promovido pela SESP é a constante ostentação do fato de as polícias do Paraná terem aderido à filosofia “revolucionária” da Polícia Comunitária. Vejamos exemplos: segundo Delazari, aqui o “serviço de policiamento comunitário é modelo para o Brasil”, ou “o atual governo realiza a maior modificação estrutural da segurança pública no Paraná”¹².

O trecho abaixo da agência oficial de notícias oficiais, onde está incluída uma fala do governador Roberto Requião, define bem como esse modelo de polícia comunitária foi

¹⁰ Patrulha Escolar. **Site Oficial da Secretaria de Segurança Pública do Paraná**. Curitiba, s/d. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/programas_patrulha_escolar.php>. Acesso em: 12 jun. 2008.

¹¹ Moraes afirma que a Patrulha Escolar, “baseada na cultura do medo e na criminalização da juventude [...] foi e tem sido utilizada para resolver conflitos e problemas que deveriam ser objeto de tratamento pela escola e pelos professores, uma vez que costuma ocorrer problemas de indisciplina e conflitos absolutamente comuns ao universo escolar, o que é muito claramente percebido pelos próprios policiais” (2008, 12). A respeito, ver também SALLAS et. al., 1999.

adaptado no Paraná:

Eles [os policiais] se apresentarão aos moradores, identificando-se e entregando um cartão com nome e fotografia, além de cartilhas com dicas de segurança. “A polícia conhecida é mais responsável pelos seus atos, porque será identificada em tudo aquilo que fizer e, em compensação, terá mais segurança para agir na comunidade, porque é bem-vinda, é amiga da comunidade e é conhecida e reconhecida por todos”, comentou o governador Requião¹³.

Esta estratégia de aproximação da comunidade é também uma tentativa de fomentar/recuperar a legitimidade da polícia:

A polícia tem trabalhado *para mudar sua imagem*, para se aproximar da sociedade, para se transformar numa polícia solidária, numa polícia fraterna, uma polícia que inclusive compartilha os problemas de segurança, pois nós precisamos de parceria com a sociedade¹⁴ (grifos meus).

Apesar de o problema estar colocado aqui em termos de “imagem”, toda ação está dedicada a recuperar, através do aparelho policial, a legitimidade do monopólio da violência pelo Estado. Mas vejamos como a relação policial-comunidade se dá na Vila:

Esses dias os policiais passaram, eu ouvi, e disseram pra uma turma [de jovens] que tava ali: ‘Nós que estamos deixando vocês folgarem aí, mas na hora que a gente quiser a gente acaba com você’ (Informante 4, Vila das Torres, 2008).

Agora nem PM e Civil vem aqui mais, só vem a Rotam e a Rotam só vem pra matar. Se você ver a Rotam circulando aí pode saber que vão matar (Informante 2, Vila das Torres, 2008).

Mas ainda poderia ser melhor se o governo desse um pouco mais de atenção aos moradores e pedisse para a polícia respeitar um pouco mais os moradores, ao invés de mandar fechar a Vila e tratar todos como

¹³ Bairro de Curitiba ganha projetos de segurança. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 09 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=2226>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

¹⁴ Secretário da Segurança reafirma compromisso com limpeza da polícia. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 08 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=22768>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

vagabundos (declaração de morador da Vila das Torres *apud* LAZAROTO, 2004, p. 33).

A nova “imagem” é imediatamente desacreditada pela prática policial efetiva. A propósito, os moradores identificam mais e melhor que o governo do estado uma das principais fontes do problema da legitimidade policial. A questão seria então a seguinte: é permitido confiar e admirar uma “polícia fraterna” [sic] onde os agentes policiais estão eles próprios “doentes”?

Quanto aos “excessos” de violência cometidos por alguns policiais, pergunta-se: é possível que um tenente ou um coronel não percebam quando um subordinado está quimicamente dependente ou emocionalmente abalado? Quem está doente emocionalmente ou dependente quimicamente precisa de um médico, não pode assumir um trabalho de base como o de policial.¹⁵

Apesar de um artigo ufanista no site da SESP ter afirmado a autoria do governador Requião na invenção da participação da comunidade no trabalho da polícia, sabe-se que esta é uma ação que teve origem no Japão após a Segunda Guerra, mas que ganhou ênfase nos anos de 1970 e 1980 na América do Norte e Europa Ocidental, tornando-se conhecida internacionalmente.

Mesmo antes de ser vista por especialistas de todo o mundo como *uma idéia inovadora e revolucionária para a segurança pública*, a participação da comunidade no trabalho da polícia *já havia sido aplicada pelo governador Roberto Requião em seu mandato anterior* [1991-1994]. É uma *percepção visionária* de que a parceria da população, prestando informações à polícia, reduziria os índices de violência, já que possibilitaria um trabalho mais pontual e certo contra a ação de criminosos. Infelizmente, esta filosofia foi abandonada por outros governos, que não perceberam, na comunidade, uma aliada essencial para as instituições policiais¹⁶ (grifo meu).

Em que pese a imaginação social do governador, os culpados pelo fracasso são os outros políticos, insensíveis ao problema, sem essa “percepção visionária”, sem essa intuição sobre a maneira de reduzir “os índices de violência”.

Em busca de maior eficiência recorre-se à colaboração da comunidade, que se converte em

¹⁵ Comunidade arruinada. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 out. 2008. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.php?tl=1&id=822208&tit>>. Acesso em: 28 out. 2008.

¹⁶ CONSEGS. **Site Oficial da Secretaria de Segurança Pública do Paraná**. Curitiba, s/d. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/programas_consegs.php>. Acesso em: 12 jun. 2008.

“parceira” na prestação de serviços de segurança. Segundo Mesquita (2004), algumas análises sugerem que o maior envolvimento de policiais com problemas locais e maior participação dos cidadãos nas atividades policiais enfraquecem as responsabilidades tradicionais do poder público em suas atribuições exclusivas de executar policiamento preventivo e repressivo, bem como investigar crimes e apontar seus possíveis autores. A crítica desse modelo de policiamento também parte de moradores da Vila:

Quem deve encontrar os “bandidos” é a comunidade? Será que assim não invertemos os papéis? Será que essa postura não é perigosa? Seria o aluno que ensina o conteúdo programático ao professor? É o paciente que medica o doutor? É a assembléia que prega o sermão ao pastor? A impressão aparente é de que a estrutura reguladora da segurança nas cidades está à espera de um novo regulador ¹⁷.

Se para a esquerda não há muito que fazer no que concerne à violência enquanto não ocorrer uma mudança estrutural que afete radicalmente a distribuição da riqueza, para a direita a resposta ao problema estaria em um endurecimento na aplicação da lei e da ordem, proposta que assimila velhas fórmulas que incluem contratação de novos policiais e modernização de equipamentos, mediante compra de armas estrangeiras, por exemplo. (SOARES, 2000, p.45 *apud* ADORNO, 2005, p. 22).

A modernização das polícias paranaenses e da gestão da segurança pública é outro lugar-comum nas narrativas da SESP. Há relatos de encontros, congressos, debates internacionais, no Brasil e no exterior, freqüentados pelo Secretário em busca de tecnologia, modernidade, “produção científica” tanto de idéias quanto de equipamentos para a segurança pública.

Os mais modernos conceitos sobre segurança pública apontam que *somente o investimento em tecnologia e a profissionalização da gestão em segurança é que garantem bons resultados no combate à criminalidade*. No Paraná, a era do “amadorismo” ficou para trás através da concretização de grandes projetos tecnológicos de combate à violência. Entre eles estão o Mapa do Crime, o Boletim de Ocorrência Unificado, a Modernização do Instituto de Identificação, a ampliação do Departamento de Inteligência, entre outras ações ¹⁸ (grifo meu).

¹⁷ Comunidade arruinada. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 out. 2008. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=822208&tit>>. Acesso em: 28 out. 2008

¹⁸ Investimentos em segurança pública são multiplicados em 14 vezes. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 05 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=22019>>. Acesso em: 12 jun. 2008. Grifo no original.

A parceria com instituições internacionais¹⁹, o investimento financeiro, a compra de equipamentos, o treinamento dos policiais também são enfatizados.

Em 2005, foram contratados 1.033 policiais militares, 205 atendentes civis para o Ciosp (190) e 316 bombeiros. Mais de 9 mil alunos passaram por cursos de reciclagem. Também 5.762 armas e 992 viaturas foram compradas para as polícias. Apenas em reformas de delegacias, foram investidos cerca de R\$ 2,8 milhões, no ano passado²⁰.

O orçamento da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, que será executado em 2008, será o dobro do valor gasto, na área, em 2003 (definido pelo governo estadual anterior)²¹.

No entanto, a percepção dos moradores da Vila das Torres sobre a melhoria material da polícia toca em conflitos muito maiores e expõem dilemas profundos que se opõem às expectativas apresentadas pelas narrativas da SESP:

A polícia está doente. O que você acha de abrir a porta da sua casa e dar de cara com policiais se drogando e agindo como se nada estivesse acontecendo? Eu acho que deve haver uma renovação da polícia. Essa situação toda só vai mudar se 60% da polícia for renovada. Estou dizendo que 60% da polícia deve ser demitida e que novos policiais isentos de vício em drogas, corrupção, bem preparados devem ser contratados (Informante 1, Vila das Torres, 2008).

Acrescentam-se ainda a essa avaliação bem mais realista casos de corrupção:

Eles vêm aqui [os policiais] só para fazer negócio. É o seguinte: você tem uma arma ou drogas, eles dizem que se certa quantia não for paga eles irão prender. Se não tem dinheiro pra pagar na hora, eles parcelam: 'tal hora

¹⁹ Como, por exemplo, com a Senlis Council, instituição inglesa com base em alguns países como França, Canadá, Afeganistão e Brasil, que promove políticas públicas para melhorar a gestão de ações de combate ao tráfico de drogas. Há um ano no Brasil, com um escritório permanente no Rio de Janeiro, a instituição tem o seu foco principal no combate ao narcotráfico. Segundo seu site, em breve a instituição irá estabelecer no Rio de Janeiro um centro internacional de excelência nas políticas de segurança pública.

²⁰ ²⁰ Investimentos em segurança pública são multiplicados em 14 vezes. **Agência Estadual de Notícias.** Curitiba, 05 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=22019>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

²¹ Orçamento da segurança pública passa de R\$ 1,2 bi e é o dobro que o de 2003. **Agência Estadual de Notícias.** Curitiba, 16 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=36845>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

eu passo aqui para pegar R\$ 500, tal hora eu volto pra pegar mais R\$ 500, se você não tiver, eu te prendo'. Daí o que acontece é que muita gente vai roubar no semáforo para pagar essa dívida com a polícia". É assim. Outras vão roubar no semáforo para comprar suas drogas (Informante 1, Vila das Torres, 2008).

É até certo ponto paradoxal que à melhoria da estrutura material da polícia corresponda uma deterioração moral dos policiais. A visão retrospectiva (com todas as cautelas que se deve tomar diante da necessidade psicológica de romancear o passado) do tempo em que na polícia “só havia pessoas de bem” dá a medida do que se quer dizer.

Antigamente quando o Módulo da Polícia era onde é o Clube das Mães, era melhor. A polícia agia, pegava e levava, corrigia melhor. Ninguém comprava a polícia (depoimento de moradora da Vila das Torres *apud* LAZAROTO, 2004, p. 51).

Quando vim morar em definitivo no bairro, a polícia era totalmente diferente, só havia pessoas de bem (depoimento de moradora da Vila das Torres *apud* LAZAROTO, 2004, p. 72).

Contra as expectativas do “senso comum governamental” nem tudo se resolve comprando mais viaturas.

Andersen argumenta que nesse período histórico chamado de “pós-modernidade” a *eficiência* é a palavra-chave na legitimação da ciência a serviço do poder (ANDERSON, 1999). A retórica da eficiência fornecida por dispositivos científicos é continuamente acionada pelo discurso da segurança pública no Paraná e temos um bom exemplo disso na exposição sobre uma ferramenta chamada de “Mapa do crime”, que, segundo consta, “transforma a gestão da Segurança Pública” com a ajuda de “especialistas”:

A partir dessa ferramenta o Paraná administra a segurança pública de forma profissional e científica”, afirmou o secretário. Ele lembrou que a informação é hoje o principal instrumento de trabalho da polícia, seja ela Civil, Militar ou Científica, e que com os dados gerados pelo sistema é possível orientar de forma dinâmica a atividade policial em qualquer nível. Delazari destacou que a Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico, criada para gerir o Mapa do Crime, trabalha a partir de equipe multidisciplinar composta por policiais, estatísticos, economistas, antropólogos, geógrafos, sociólogos, que fazem um estudo detalhado de todas as nuances da criminalidade²² (grifo meu).

²² Mapa do Crime transforma gestão da Segurança Pública. **Agência Estadual de Notícias**. Curitiba, 13 maio.

Acredito que o tipo de narrativas oficiais aqui apresentadas, para além de buscar angariar a simpatia da opinião pública “cult”, se torna uma importante fonte de um tipo de controle social que nomeio de perverso. Perverso no sentido de não ser “natural”, daquele tipo que emerge das proteções sociais responsáveis por certo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e que poderiam manter a coesão social. O contrário desse controle social mais “natural” é aquele forjado por processos de violência simbólica. A violência simbólica exercida na legitimação do “Mapa do crime”, por exemplo, cuja função é apontar o espaço do pobre como *locus* da criminalidade, é uma violência simbólica que informa e, ao mesmo tempo, representa a opinião pública. A opinião pública se constitui, então, numa força poderosa no jogo do tipo perverso de controle social.

Resumidamente, as narrativas oficiais da segurança pública no Paraná apontam para uma conformidade com as estratégias gerais de prevenção e controle da criminalidade de inúmeros países, como Inglaterra, França. Ou seja, estão de acordo com a concepção dominante de segurança pública divulgada globalmente nos últimos 30 anos a partir dos Estados Unidos. A abordagem discursiva da SESP fala de uma política de segurança confiável, consistente, preventiva, baseada nas comunidades, cujo planejamento é balizado a partir de informações estatísticas. Uma política que é ao mesmo tempo “científica” e “humana”.

Este jogo de palavras chama a atenção para aptidão que têm os porta-vozes do saber técnico de esculpir a realidade arquitetando uma representação definida do mundo social a partir de esquemas conceituais abstratos (isto é, que fazem abstração da realidade social). Destaco, nesse ponto, a questão da eficácia social das palavras. Bourdieu afirma que quando se trata do mundo social, “as palavras criam as coisas”, pois elas criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, elas criam o senso comum, ou a *doxa* aceita por todos como dada (BOURDIEU, 1996, p.127).

O que quero dizer é que o uso das narrativas oficiais sobre a segurança pública paranaense, tal como apresentadas neste artigo, ao se constituírem em fontes de esclarecimento da opinião pública, servem de mecanismos de execução de um tipo de controle social forjado e não baseado em formas de promoção universal de bem-estar social.

Como já foi dito anteriormente, apesar de ter ficado evidente um abismo entre a abstração discursiva oficial e as ações policiais conforme as narrativas de moradores da Vila das Torres,

2008. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=37558>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

a intenção que tive não foi separar o discurso da segurança pública de sua prática efetiva, mas evidenciar um ponto que parece ter escapado à maioria das análises: as *narrativas* da segurança fazem parte de uma esfera diferente da *prática* da segurança pública, a esfera do jogo político.

Essa separação não é tão óbvia como parece. A percepção comum assume como evidente que, em geral, a prática nega o discurso. A idéia aqui é que a prática complementa o discurso desde que se entenda que essas duas coisas referem-se a campos diferentes, tem objetivos diferentes e, principalmente, públicos diferentes.

A retórica da SESP-PR obedece, assim, às regras do campo político. Essa “política do discurso político” (ou o que os políticos dizem) busca legitimidade diante da opinião pública “cult”. Eles falam aquilo que imaginam que uma parte da sociedade quer ouvir, essa parte constituída pelos formadores de opinião, jornalistas, professores, categorias de profissionais liberais, políticos etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pronunciar o que agrada, ao aderir à *doxa* da opinião pública “cult”, a SESP requisita para si um discurso legitimador de seu poder e de sua autoridade. Assim, ao fazer uma abstração da prática da segurança pública, a SESP busca legitimar o monopólio da violência física e simbólica, ou seja, esta é uma maneira simbólica de lutar pelo monopólio da violência física e simbólica. É um processo de reforço circular que permite que os dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominantes.

Os discursos da SESP obedecem, assim, à natureza particular do jogo político. Como foi constatado, um dos interesses desse jogo é a busca da superação do governo estadual anterior. No caso do Paraná, o governo anterior é tido como excessivamente técnico²³, de retórica fria, que não continha “humanidade”, não continha “profundidade” (sensibilidade) em relação aos assuntos “humanos”. Nesse jogo, a adesão a essa *doxa* pede como retribuição a legitimidade, mas não só: pede também prestígio, notoriedade e distinção para quem formula e pronuncia o novo discurso da segurança.

Esse é o ponto, penso eu, mais interessante a ser destacado no discurso geral da segurança pública no Paraná. A exaltação da vocação humanista junto com a eficácia técnica não

²³ O governador anterior, Jaime Lerner (1994-1998 (PDT), 1999-2002 (PFL, atual DEM)), é arquiteto e urbanista.

funciona meramente como uma “maquiagem” da prática da segurança pública. Esses âmbitos da retórica da SESP têm sua eficácia no fato de acertar o alvo ao qual se dirige. No caso da defesa dos direitos humanos, o alvo são os formadores de opinião. São discursos que pertencem ao campo político e, assim, reforçam a *doxa* da opinião pública “cultura” sobre a boa e justa política de segurança. No caso da eficácia técnica, o alvo é a sociedade em geral, o cidadão médio, aquele que espera das mudanças técnicas (armas mais modernas, mapeamentos, polícia melhor treinada, mais prisões, etc.) a solução para o problema da “violência urbana”. Tais propriedades do modelo global, as que receitam mais prisões, e que o Paraná tem implementado a seu modo, sobrepõem, segundo Wacquant (2001), a *dimensão penal* em detrimento da social. Esse processo é identificado pelo autor como correspondente à emergência de um “Estado-Penal-Policial” (em substituição ao Estado de Bem-Estar Social)²⁴.

Finalmente, ao perpetuar os rituais de degradação da categoria social dos pobres, tais narrativas funcionam como um tipo de *controle social* perverso.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. São Paulo: Sumaré, 2002.

ANDERSON, Perry. **As origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Edusp, 2001.

BERLATTO, Fábila. **Controle social perverso: análise de uma política de segurança pública**. Curitiba, 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.

BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994

_____. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

COELHO, E. C. A Marginalização da Criminalidade e a Criminalização da Marginalidade. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 12, p.139-61, 1978.

²⁴ Wacquant refere-se nesses seus estudos a sociedades que alcançaram um nível mais elevado de proteção social, a sociedades com menores índices de desemprego, menores índices de trabalho informal, e maior cobertura estatal para a saúde e outras formas de seguridade social.

DELAZARI, Luiz Fernando. Do caos urbano ao caos social. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25, maio. 2006. 1º. Caderno, p. A-3.

LAZAROTO, Adriana. **Como ela é: a Vila das Torres** contada por seus moradores. Curitiba: Linguaruda, 2004.

MESQUITA, Paulo. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103-110, mar. 2004.

MORAES, Pedro Rodolfo Bode de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

SALLAS, A. L. F. et al. **Os jovens de Curitiba: desencantos e esperanças – juventude, medo e violência**. Brasília: Unesco, 1999.

SOARES L. E. et. al. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1996.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1974.